

Banco Andbank (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo
em 30 de Junho de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Administração e aos Acionistas do
Banco Andbank (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Andbank (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Andbank (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, a qual divulga os ajustes para a retificação de erros de períodos anteriores relativos principalmente à reclassificação entre ativos imobilizados e intangíveis e registro de provisão sobre de ISS sobre exportação de serviços, efetuados pelo Banco para reapresentar as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de retificação de erros de períodos anteriores, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiram relatório datado em 30 de março de 2020, o qual não conteve qualquer modificação. Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de retificação de erros de períodos anteriores, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, que emitiram relatório datado em 29 de agosto de 2019, o qual não conteve qualquer modificação.

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar nenhum outro procedimento sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019 e, portanto, não expressamos opinião nem nenhuma forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de setembro de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Guilherme Jorge Dagli Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

Desempenho nos Negócios

- Resultados**

O Banco apresentou prejuízo no semestre findo em 30 de junho de 2020 de R\$ 994 (prejuízo de R\$ 2.213 no mesmo período de 2019). Apesar do resultado adverso, o Banco vem expandindo consideravelmente sua carteira sob gestão através da prospecção de novos agentes autônomos e de novas parcerias. Isso pode ser comprovado na evolução de alguns números, como por exemplo o crescimento no resultado bruto da intermediação financeira que saltou dos R\$ 10.649 no 1º. Semestre de 2019 para R\$ 21.969 no 1º. Semestre de 2020, representando uma evolução de 106%. Desta forma, o Banco vem se consolidando no segmento Private no Brasil gerando facilidades para concentrar investimentos e gerenciamento de fluxo de caixa de pessoas físicas e jurídicas. Assim, a atuação do Andbank Brasil tem características de inovação, flexibilidade e complementariedade para clientes de alta renda e patrimônio elevado.

- Agência de Rating**

A agência internacional de rating Fitch Ratings, atribuiu notas qualificando a situação financeira Global do Grupo Andbank. A tabela abaixo demonstra o rating atribuído no exercício de 2019:

<u>Agência</u>	<u>Rating</u>
FITCH RATINGS	BBB

Estrutura de gerenciamento de riscos

- Índice da Basileia**

Conforme disposto na Resolução 4.193, de 01.03.2013, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR e de Capital Principal Nível I), demonstramos abaixo o comportamento do índice de Basileia, apurado nos encerramentos trimestrais de 2019 e de 2020, apresentando-se com relativa margem de suficiência, o que evidencia a regularidade no enquadramento do Banco aos atuais 10,5% (PR 8,0% + ACP 2,5%), definidos pelo referido Órgão regulador.

	<u>Patrimônio de Referência</u>	<u>PR Exigido (RWA)</u>	<u>Índice Basileia</u>
<u>2019</u>			
Março	151.237	15.310	79,0%
Junho	150.414	15.040	80,0%
Setembro	150.787	19.646	61,4%
Dezembro	88.744	19.334	36,7%
<u>2020</u>			
Março	89.457	21.425	33,4%
Junho	82.522	22.385	29,5%

- **Prevenção à “Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo”**

O Banco conta com instrumentos de controle e acompanhamento das operações realizadas com clientes e parceiros, a fim de evitar e combater a “lavagem” de dinheiro oriunda de atividades ilícitas, inclusive aquelas ligadas aos casos de corrupção e terrorismo, através de seus produtos e serviços. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à “lavagem” de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades do grupo, bem como possibilita definir políticas aderentes às melhores práticas internacionais. A política “conheça seu cliente”, o programa de treinamento de funcionários, os processos e sistemas de controles e o monitoramento de operações permitem a identificação tempestiva de situações atípicas. Após a análise por especialistas, os casos são submetidos para deliberação da alta administração quanto à pertinência de encaminhamento dos casos às autoridades fiscalizadoras competentes, tendo sido ou não realizada a operação. A área de Compliance é responsável, em primeiro nível, por identificar e recusar negócios e operações que considerarem suspeitas ou atípicas, reportando sempre à alta administração.

Ouvidoria

Atendendo aos normativos do Banco Central do Brasil, foi estabelecido um componente organizacional de Ouvidoria no dia 30 de setembro de 2007. Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e a melhoria dos produtos, serviços e do atendimento oferecidos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.433/15 e posteriores alterações.

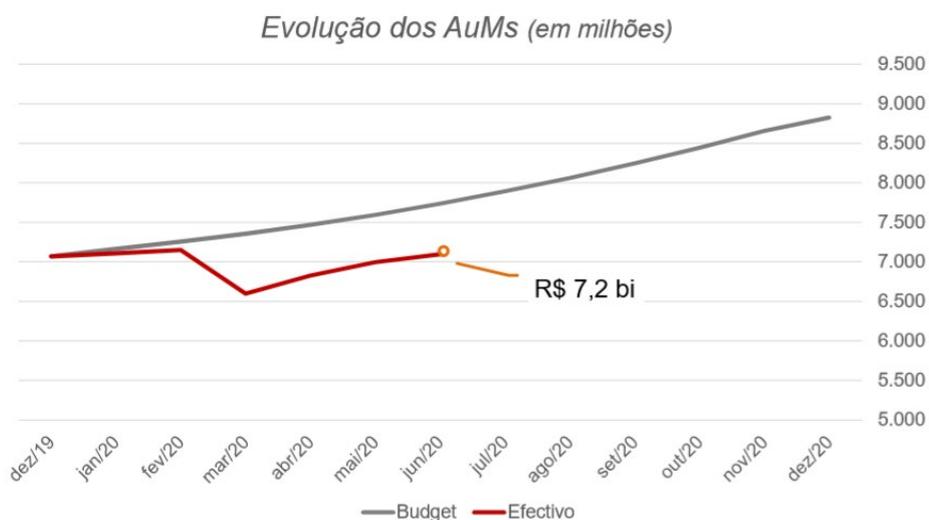
COVID-19

A Administração avaliou os impactos ocasionados referente aos acontecimentos recentes do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro.

Há um impacto imediato em função da exposição a moeda estrangeira, representada por saldo em conta corrente mantida no exterior assim como recebíveis de partes relacionadas fora do país, no montante total de US\$ 2.939, os quais com a desvalorização do real, proporcionou uma receita de variação cambial líquida de R\$ 442.

A desvalorização dos ativos detidos pelos investidores impacta negativamente os resultados da instituição, principalmente a rubrica relacionada às receitas com distribuição de fundos de investimentos (rendas de intermediação) e correspondente repasse aos agentes autônomos (despesas com serviços do sistema financeiro). Este movimento impactou as operações do Andbank entre março e abril de 2020, reduzindo os ativos sob administração.

Contudo, este impacto foi mitigado ao longo do 2º trimestre de 2020 através da melhoria generalizada dos mercados, assim como pelas novas captações de dinheiro novo (NNM – net new Money), permitido recuperar os níveis de recursos administrados a volumes pré-pandemia. Conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Desta forma, a Administração julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão.

O Andbank tomou todas as providências e cuidados necessários para minimizar os efeitos da pandemia, adaptando sua forma de relacionamento com os clientes e parceiros, priorizando o atendimento remoto e a formalização dos contratos de forma digitalizada, direcionando e acelerando seus esforços estratégicos em avanços tecnológicos, culturais e comportamentais.

Referente aos colaboradores do Andbank, o Banco realizou testes em todos seus colaboradores e reforçou seu compromisso com a transformação, mantendo toda sua estrutura no modelo de home office.

São Paulo, 15 de setembro de 2020.

Balço patrimonial em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	Junho 2020	Dezembro 2019 (Reapresentado)	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Junho 2020	Dezembro 2019 (Reapresentado)
Circulante		109.704	99.999	Circulante		85.406	59.543
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.204	16.283	Depósitos	12	43.544	24.958
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		18.379	52.391	Depósitos à vista		43.218	24.723
Carteira própria	4 a.	11.273	11.259	Depósitos a prazo		326	235
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	2.977	32.163	Outras obrigações		41.862	34.585
Instrumento financeiro derivativo	4 c.	4.129	8.969	Cobrança e arrecadação de tributos	13 a.	3	1.025
Relações interfinanceiras	5	623	372	Negociação e intermediação de valores	13 c.	9.761	4.362
Créditos vinculados		623	372	Fiscais e previdenciárias	13 a.	3.633	2.244
Operações de crédito		23.868	2.876	Diversas	13 b.	28.465	26.954
Setor privado	6	24.157	3.016	Não circulante		38.649	32.428
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(289)	(140)	Depósitos	12	11.794	4.885
Outros créditos		33.225	23.929	Depósitos a prazo		11.794	4.885
Rendas a receber	8 a.	2.129	3.148	Outras obrigações	13 b.	26.855	27.543
Diversos	8 b.	31.096	20.781	Diversas		26.855	27.543
Outros valores e bens	10	15.405	4.148	Resultado de exercícios futuros		252	294
Outros valores e bens		3.101	3.101	Receitas de exercícios futuros		252	294
Despesas antecipadas		12.332	1.075	Patrimônio líquido	16	179.280	180.360
(Provisão para outros valores e bens)		(28)	(28)	Capital		221.716	221.716
Não circulante		113.777	88.679	De domiciliados no exterior		221.716	221.716
Títulos e valores mobiliários		46.731	35.011	Reserva de capital		2.830	2.917
Carteira própria	4 a.	23.915	32.917	Ajustes de avaliação patrimonial		(52)	36
Vinculados a prestação de garantias	4 a.	22.816	2.094	Prejuízos acumulados		(45.214)	(44.309)
Operações de crédito		14.228	4.936	Total do passivo e do Patrimônio líquido		303.587	272.625
Setor privado	6	14.299	4.961				
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	7	(71)	(25)				
Outros créditos		30.658	29.689				
Credito tributários	9	30.180	23.897				
Diversos	8 b.	478	5.792				
Outros valores e bens	10	22.160	19.043				
Despesas antecipadas		22.160	19.043				
Permanente		80.106	83.947				
Investimentos		556	594				
Participações em controladas		556	594				
Imobilizado de uso	11 a.	3.767	4.137				
Outras imobilizações de uso		8.897	8.697				
(Depreciações acumuladas)		(5.130)	(4.560)				
Intangível	11 b.	75.783	79.216				
Ativos intangíveis		43.088	57.941				
Ágio na combinação de negócios		41.832	26.377				
Ágio na aquisição de investimentos		673	673				
(Amortizações acumuladas)		(9.810)	(5.775)				
Total do ativo		303.587	272.625				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2020	2019 (Reapresentado)
Receitas da intermediação financeira		22.313	11.329
Operações de crédito		729	120
Resultado com títulos e valores mobiliários e Aplic. interfinanceiras de liquidez	4 e.	19.227	11.263
Resultado de Operações de Câmbio		2.357	(54)
Despesas da intermediação financeira		(344)	(680)
Operações de captação no mercado		(149)	(665)
Constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	(195)	(15)
Resultado bruto da intermediação financeira		21.969	10.649
Outras receitas/despesas operacionais		(21.494)	(13.092)
Receitas de prestação de serviços	17	19.566	9.599
Despesas de pessoal	18	(14.518)	(8.766)
Outras despesas administrativas	19	(24.044)	(12.178)
Despesas tributárias		(2.569)	(1.405)
Resultado de investimentos em controladas	23	(38)	(260)
Outras receitas operacionais	20	7.830	2.479
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	21	(653)	(712)
Outras despesas operacionais	21	(7.068)	(1.849)
Resultado operacional		475	(2.443)
Resultado antes da tributação sobre o resultado		475	(2.443)
Imposto de renda e contribuição social		(1.469)	230
Imposto diferido	22	610	230
Imposto de renda	22	(1.150)	-
Contribuição social	22	(929)	-
Prejuízo do semestre		(994)	(2.213)
Quantidade de ações ordinárias		375.313.370	375.313.370
Prejuízo por ação - R\$		(0,00265)	(0,00590)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019		221.145	95	137	(38.518)	182.859
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	170	-	170
Aumento do capital social (aprovado pelo Bacen em 10/05/2019)	16	571	-	-	-	571
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	1	-	2.908	-	-	2.908
Ajuste de exercícios anteriores		-	-	-	(1.097)	(1.097)
Resultado do semestre		-	-	-	(2.213)	(2.213)
Saldo em 30 de junho de 2019		221.716	3.003	307	(41.828)	183.198
Saldo em 1º de janeiro de 2020		221.716	2.917	36	(44.309)	180.360
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	(88)	-	(88)
Reserva de reavaliação de ativos incorporados		-	(87)	-	87	-
Resultado do semestre		-	-	-	(994)	(994)
Saldo em 30 de junho de 2020		221.716	2.830	(52)	(45.214)	179.280

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(994)	(2.213)
Depreciação e amortização	21	3.107	1.431
Resultado de investimentos em controladas	23	38	260
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	7	195	15
Provisão para riscos	14	653	731
Amortização ágio	21	2.721	67
Atualização de depósito judicial		(255)	(392)
Impostos diferidos	22	(610)	(230)
Prejuízo ajustado		<u>4.855</u>	<u>(331)</u>
Variação de ativos e passivos		<u>(822)</u>	<u>(34.472)</u>
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários		22.292	(31.807)
Redução em relações interfinanceiras		(251)	(104)
Redução em operações de crédito		(30.479)	(2.328)
Aumento em outros créditos e outros valores e bens		(23.773)	(1.804)
Aumento em depósitos		25.495	461
Aumento em outras obrigações		5.936	1.152
Redução em resultado de exercícios futuros		(42)	(42)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades operacionais		<u>4.033</u>	<u>(34.803)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de intangível		(689)	(367)
Aquisição de imobilizado		(1.423)	(1.555)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.112)</u>	<u>(1.922)</u>
Fluxo de caixa das atividades de Financiamento			
Aumento de Capital Social	1	-	389
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>389</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>1.921</u>	<u>(36.336)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		16.283	100.708
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3	18.204	64.372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2020	2019
Prejuízo líquido do semestre	(994)	(2.213)
Ativos financeiros disponíveis para venda líquido dos efeitos fiscais	(88)	170
Reserva de reavaliação de ativos incorporados	87	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	(1.097)
Resultado abrangente total	(995)	(3.140)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da ação)

1 Contexto operacional

Em 08 de Janeiro de 2015 foi realizada, após aprovação do Banco Central, a aquisição do controle acionário do Banco Bracce S.A. por Andorra Banc Agrícola Reig S.A. “Andbank”, mudando assim sua denominação de Banco Bracce S.A. para Banco Andbank (Brasil) S.A. O Andbank adquiriu 100% das ações do Banco Andbank (Brasil) S.A. “Banco” com o objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro.

O grupo Andbank possui presença global, vasta experiência em mercados emergentes e investe constantemente em inovação tecnológica para disponibilizar aos seus clientes as melhores e mais rápidas soluções, com isso o Banco Andbank entende que existe uma oportunidade no mercado de Private Bank a ser explorada e pretende investir nesse segmento no curto e longo prazo. O Banco está atuando na realização de operações estruturadas e de mercado de capitais, operações de carteira proprietária e prestação de serviços de registro de operações, custódia, agente de pagamento, conta vinculada, entre outros.

O Banco continua em processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são BackOffice e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário ativado conforme nota explicativa nº 9, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Adicionalmente, o Grupo Andbank Brasil assinou em 23 de março de 2018 um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 e possibilitou ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição (vide nota 11 b.).

Em 03 de julho de 2019, o Banco Andbank Brasil assinou um novo acordo operacional com a Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda. (“Capital”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de agosto de 2019, possibilitando a expansão significativa dos recursos sob sua distribuição (vide nota 10).

Conforme Ata da assembleia geral extraordinária de 15 de fevereiro de 2019, a Administração do Banco Andbank aprovou a incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. A incorporação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

A seguir demonstramos os valores de incorporação referente a data base de 30 de junho de 2018 e de variações patrimoniais até a data de aprovação da incorporação em 15 de fevereiro de 2019:

	Saldo em 30.06.2018	Variação Patrimonial	Saldo em 15.02.2019
Disponibilidade	92	389	481
Títulos e Valores Mobiliários	385	(385)	-
Outros Créditos	95	5	100
Permanente	3.411	(101)	3.310
Total do Ativo	3.983	(92)	3.891
Outras Obrigações	-	(1)	(1)
Patrimônio Líquido	3.983	(91)	3.892
Total do Passivo	3.983	(92)	3.891

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) já aprovados pelo CMN, quando conflitantes às normas, prevalecerá as do BACEN.

Conforme Resolução CMN n.º 4.720, publicada em 30 de maio de 2019 e seus normativos complementares, a partir de 01/01/2020 ficou alterado os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Circular Bacen n.º 3.959/2019, o Conglomerado realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis, em especial algumas nomenclaturas, atendendo à respectiva Circular.

O Conglomerado não adotou a prerrogativa da Resolução CMN n.º 4.720/2019 de divulgar demonstrações financeiras semestrais acompanhadas de notas explicativas selecionadas. Também de acordo com a referida Resolução, o Conglomerado está apresentando como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional do Banco e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de setembro de 2020.

2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 23, foram efetuados ajustes no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2019, na Demonstração do Resultado referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019 e nas Notas Explicativas, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2019 Original	Ajuste	31.12.2019 Reapresentado
<u>Balanço Patrimonial</u>			
Ativo permanente			
Outras imobilizações de uso (a)	16.869	(8.172)	8.697
Ativos intangíveis (a)	49.769	8.172	57.941
Circulante			
Fiscais e previdenciárias (b)	1.467	777	2.244
Patrimônio líquido			
Prejuízos acumulados (b)	(43.532)	(777)	(44.309)
<u>Notas Explicativas</u>			
11.a. Imobilizado de uso			
Instalações, móveis e equipamentos de uso (a)	11.002	(8.172)	2.830
11.b. Ativos intangíveis			
Ativos intangíveis (a)	44.839	8.172	53.011
13.a. Fiscais e previdenciárias			
Impostos e contribuições a recolher (b)	1.437	777	2.214
	30.06.2019 Original	Ajuste	30.06.2019 Reapresentado
<u>Demonstração do Resultado</u>			
Despesas tributárias (b)	(1.311)	(94)	(1.405)

a) Representa gastos no desenvolvimento de sistemas, reclassificados para melhor apresentação.

b) Representa provisionamento complementar referente ao ISS sobre exportação de serviços referente ao período de maio de 2017 a Dezembro de 2019.

2.3 Principais práticas contábeis

2.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.3.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data base das demonstrações financeiras.

2.3.3 Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados da seguinte forma:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;

- **Títulos disponíveis para venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários; e
- **Títulos mantidos até o vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01. Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

2.3.4 *Instrumentos financeiros derivativos*

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados contabilmente, segundo a intenção da administração, na data de sua aquisição, conforme determina a Circular BACEN nº 3.082, de 30/01/2002.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados na administração das exposições próprias do Banco. As valorizações ou desvalorizações são registradas em “resultado com instrumentos derivativos”. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na nota nº 4c. destas demonstrações financeiras.

2.3.5 *Operações de crédito*

As operações de crédito são registradas ao custo corrigido, calculadas “pro rata” com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o 59º dia de atraso. A partir do 60º dia, deixam de ser apropriadas, e o seu reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações, conforme determina o art.9º da Resolução CMN nº 2.682/99.

2.3.6 *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa faixa por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A receita com registro de operações e operações cedidas sem coobrigação são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

2.3.7 **Imobilizado de uso**

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

2.3.8 **Ativos intangíveis**

São compostos por direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

2.3.9 **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)**

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do exercício. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

No exercício de 2019, o Banco reconheceu perda por “impairment” sobre o ágio advindo da incorporação reversa de sua controladora (vide nota 1), no valor de R\$ 8.505, registrados na rubrica outras despesas operacionais. No mesmo período, foi reconhecido reversão com provisão do referido ágio no mesmo montante, registrados na mesma rubrica.

Em 30 de junho de 2020, a perda por “impairment” reconhecida pelo Banco foi de R\$ 925, referente a antiga plataforma Andbank (front-end), substituída em junho 2020.

2.3.10 **Imposto de renda e contribuição social**

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15% até agosto de 2015 e 20%, para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos.

Também é observada pelo Banco a prática contábil de constituição, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9, foram constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal (devido a mudança de controle acionário, cujo histórico de prejuízos seja decorrente de sua fase anterior) e base negativa, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos, conforme mencionado pelo inciso II do artigo 1º da Resolução nº 3.355 de 21 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição financeira somente pode efetuar o registro contábil de créditos tributários caso haja expectativa de geração de lucro ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

A administração do Banco, baseada em Plano de Negócios, estima lucros tributáveis futuros o que demonstra a probabilidade de ocorrência de obrigações fiscais, cujo montante pode ser considerado como suficiente para realização dos créditos tributários.

2.3.11 *Estimativas contábeis*

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos exercícios demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. O Banco revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

2.3.12 *Despesas antecipadas*

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de despesas antecipadas. A apropriação dessa despesa ao resultado do exercício é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos.

2.3.13 *Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais*

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios:

- **Ativos contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

2.3.14 *Outros Ativos e passivos circulantes, realizáveis e exigíveis a longo prazo*

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Banco, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como realizáveis e exigíveis a longo prazo.

2.3.15 **Combinações de negócios**

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Banco utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando da determinação da existência de controle, o Banco leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis.

O ágio correspondente ao valor pago excedente ao valor contábil do investimento adquirido, decorrente da expectativa de rentabilidade futura, será amortizado linearmente com base em estudo técnico de alocação do preço pago (PPA – “Purchase Price Allocation”) e submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

2.3.16 **Investimentos**

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3.17 **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas das demonstrações financeiras.

2.3.18 **Participações no resultado**

As participações no resultado são constituídas pelo pagamento de benefício aos funcionários, calculada de acordo com a convenção coletiva e através de programa próprio de plano de participação homologado no Sindicato dos Bancários de São Paulo, e estão registradas na conta de despesas de pessoal, na demonstração de resultado.

2.3.19 **Lucro (prejuízo) líquido por ação**

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

2.3.20 Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- **CPC 00** - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12;
- **CPC 01 (R1)** - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- **CPC 02 (R2)** - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- **CPC 03 (R2)** - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- **CPC 04 (R1)** - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- **CPC 05 (R1)** - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- **CPC 10 (R1)** - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- **CPC 23** - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- **CPC 24** - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- **CPC 25** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- **CPC 33** - Benefícios pago a empregados - homologado pela Resolução 4.424/15.

CPC 41 - Resultado por ação – homologado pela Circular 3.959/19. O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º. da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento.

- **CPC 46** - Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução 4.748/19.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras do Banco.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	Junho 2020	Dezembro 2019
Disponibilidades	215	3.062
Disponibilidade em moeda estrangeira	8.991	1.719
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	8.998	11.502
Total	18.204	16.283

(a) São operações compromissadas que possuem vencimento em D+1.

4 Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros estavam assim compostos:

a. Diversificação por categoria e tipo dos títulos e valores mobiliários:

	Junho 2020			Dezembro 2019		
	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado	Custo atualizado	Valor contábil/ Mercado (i)	Valor Ajuste a mercado
<u>Títulos para negociação</u>						
<i>Carteira própria:</i>						
Debêntures	5.864	5.821	(43)	6.224	6.207	(17)
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	822	821	(1)
Certificados de recebíveis agrícolas	239	246	7	2.357	2.357	-
Letra de crédito do agronegócio	271	274	3	-	-	-
Letra de crédito imobiliário	562	573	11	-	-	-
Letras financeiras	4.266	4.278	12	-	-	-
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Cotas de fundos de investimentos (iii)	2.977	2.977	-	2.931	2.931	-
Subtotal	14.179	14.169	(10)	12.334	12.316	(18)
<u>Títulos Disponível para venda</u>						
<i>Carteira própria:</i>						
Letras financeiras do tesouro	24.002	23.996	(6)	14.633	14.632	(1)
Letras do tesouro nacional	-	-	-	20.092	20.159	67
	24.002	23.996	(6)	34.725	34.791	66
<i>Vinculados à prestação de garantias (ii):</i>						
Letras financeiras do tesouro	22.819	22.816	(3)	31.326	31.326	-
	22.819	22.816	(3)	31.326	31.326	-
Subtotal	46.821	46.812	(9)	66.051	66.117	66
Total	61.000	60.981	(19)	78.385	78.433	48

- i) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foram apurados com informações de nível I, para aqueles com preços divulgado no mercado financeiro e nível II para os demais, utilizando-se de taxas praticados em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 e, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e pelos administradores dos fundos de investimento.
- ii) Os títulos vinculados à prestação de garantias são: Títulos Públicos para garantir operações de contratos futuros na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão e as cotas do fundo de investimento caucionados em Instituição Financeira, para garantir contratos próprios de aluguel.
- iii) As cotas de fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota, no último dia útil das datas de balanço..

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

b. Diversificação por prazo dos títulos e valores mobiliários:

	Junho 2020	Dezembro 2019
Sem vencimento	2.977	2.931
A vencer até 360 dias	5.571	31.342
A vencer acima de 360 dias	52.433	44.160
Total	60.981	78.433

c. Instrumentos financeiros derivativos – Negociação

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A instituição utiliza derivativos com uma perspectiva de baixo risco. Os derivativos são utilizados dentro de um conceito de cobertura local de risco de mercado dos investimentos do grupo no Brasil, não configurando posições especulativas e principalmente seguindo a estratégia global do Grupo Andbank estabelecidas pelo Comitê de Ativos e Passivos e pelo seu economista-chefe.

Os riscos de mercado e crédito associados a esses produtos, bem como riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Para os instrumentos financeiros derivativos, são estabelecidos e mantidos procedimentos de avaliação da necessidade de ajustes prudenciais em seus valores, previstos pela Resolução CMN nº 4.277, independente da metodologia de apuração adotada e observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a composição dos instrumentos financeiros derivativos, estava assim apresentada:

		Junho 2020			Dezembro 2019	
	Contraparte	Valor Referencial	Valor Patrimonial	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Valor justo
Termo de moedas (NDF)						
Dólar (PTAX) x REAL	Inst. Financeira	164.280	3.140	534	3.674	8.969
REAL x Dólar (PTAX)	Inst. Financeira	12.321	525	(70)	455	-
Total		176.601	3.665	464	4.129	8.969
Contratos de futuro		Posição	Valor Referencial		Ajuste de posição	Ajuste de posição
Dólar (PTAX)	B3	Compra	163.715		(72)	(1.590)
Dólar (PTAX)	B3	Venda	12.252		6	-
Total			175.967		(66)	(1.590)

Os contratos de Futuros são registrados na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão e os contratos de NDF são registrados na CETIP.

A operação de NDF e seu hedge (Futuro de Dólar) possuem riscos associados ao descasamento de fluxos, enquanto a operação de futuro possui ajuste diário, o NDF possui apenas o fluxo no vencimento. Adicionalmente, para os contratos futuros, a câmara de liquidação exige o aporte de colaterais para manter as posições abertas.

Assim, a área de riscos do Banco projeta em seu acompanhamento diário, o fluxo de caixa dos próximos 90 dias, com o objetivo de identificar eventuais necessidades de liquidez. Para o cumprimento da garantia são alocados títulos públicos da própria carteira do Banco que apesar de diminuir a liquidez, o impacto é baixo dado o acompanhamento dos riscos e a solvência da unidade Brasil ser elevada.

Os ajustes a receber das operações do mercado futuro são registrados na conta “Outros créditos - Negociação e intermediação de valores”, e a pagar registrados na conta “Outras obrigações – Negociação ou intermediação de valores” (vide nota 13c). O valor de mercado desses derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. A margem dada em garantia das operações negociadas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 22.816 (R\$ 31.326 em 31 de dezembro de 2019). Os valores referenciais estão registrados em contas de compensação.

d. Diversificação por prazo dos instrumentos financeiros derivativos

	Junho 2020	Dezembro 2019
<u>Ativo</u>		
NDF		
Até 3 meses	1.676	8.969
De 6 meses a 1 ano	2.454	-
Total	4.129	8.969
<u>Passivo</u>		
Futuros Dólar		
Até 3 meses	(21)	(1.590)
De 6 meses a 1 ano	(45)	-
Total	(66)	(1.590)

e. Resultados reconhecidos de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Junho 2020	Junho 2019
Resultado de aplicação interfinanceira de liquidez	506	2.214
Resultado sobre títulos e valores mobiliários	12.677	6.688
Resultado sobre instrumento financeiro derivativo - NDF (a)	(4.440)	25.556
Resultado sobre contrato de futuro	10.484	(23.195)
Total	19.227	11.263

(a) O total de ajuste de marcação a mercado, registrado no resultado foi de R\$ 464 (R\$ (26) em 2019).

O valor de ajuste de marcação a mercado, referente aos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, em 30 de junho de 2020 foi de ganho R\$ 94 (R\$ 66 em 31 de dezembro 2019) e estão registrados na rubrica ajustes de avaliação patrimonial no Balanço Patrimonial, líquido dos efeitos tributários.

5 Relações interfinanceiras

Os créditos vinculados são representados, basicamente, por valores requeridos pelo BACEN, para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos a prazo, microfinanças e crédito rural.

6 Operações de crédito

As informações da carteira de operações de crédito, em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, são assim sumarizadas:

a. Composição da carteira de operações de crédito por modalidade de operação

	Junho 2020	Dezembro 2019
Cédula de crédito bancário (CCB)	35.822	6.651
Adiantamento a depositantes	2.634	1.326
Subtotal operações de crédito	38.456	7.977
Outros créditos (vide nota 8b)	252	293
Total	38.708	8.270
Ativo circulante	24.157	3.016
Ativo não circulante	14.299	4.961

b. Diversificação da carteira por vencimento

	Junho 2020				Dezembro 2019	
	A vencer		Vencidos		Total	
	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
Até 90 dias	4.693	13,01	2.634	100,00	1.787	21,61
De 91 a 180 dias	1.941	5,38	-	-	449	5,43
De 181 a 360 dias	14.973	41,51	-	-	863	10,44
Acima 360 dias	14.467	40,10	-	-	5.171	62,53
Total	36.074	100,00	2.634	100,00	8.270	100,00

c. Diversificação da carteira por segmento de mercado

	Junho 2020		Dezembro 2019	
	Saldo	%	Saldo	%
<u>Setor privado:</u>				
Outros serviços	7.670	19,82	293	3,54
Pessoas físicas	31.038	80,18	7.977	96,46
Total	38.708	100,00	8.270	100,00

d. Diversificação da carteira por nível de concentração

	Junho 2020		Dezembro 2019	
	Saldo	%	Saldo	%
Maior devedor	7.153	18,48	3.329	40,25
Dez maiores seguintes	22.361	57,77	4.941	59,75
Demais devedores	9.193	23,75	-	-
Total	38.708	100,00	8.270	100,00

Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% provisão	Junho 2020				Dezembro 2019	
		Curso normal	Vencidas	Total da carteira	Provisão	Total da carteira	Provisão
AA	-	252	-	252	-	293	-
A	0,5	35.823	128	35.951	(180)	6.660	(33)
B	1,0	-	1.945	1.945	(19)	-	-
C	3,0	-	26	26	(1)	-	-
D	10,0	-	-	-	-	1.317	(132)
E	30,0	-	534	534	(160)	-	-
Total		36.075	2.633	38.708	(360)	8.270	(165)

No semestre findo em 30 de junho de 2020 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram registradas baixas de crédito para prejuízo e não foram renegociadas operações de crédito.

7 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa encontra-se apresentada no quadro a seguir:

	Junho 2020	Dezembro 2019
Saldo Inicial	165	-
Constituição de provisão	195	165
Total	360	165

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

	Junho 2020	Dezembro 2019
Comissões e Corretagens a receber (a)	2.129	3.148
Total	2.129	3.148
Ativo circulante	2.129	3.148

(a) Referem-se a comissões e corretagens a receber de colocações de títulos e rebate de fundos.

b. Diversos

	Junho 2020	Dezembro 2019
Créditos tributários (nota 9)	30.180	29.528
Devedores por depósito em garantia (a) (nota 14)	15.330	14.634
Partes relacionadas - valores a receber empresas do grupo (nota 15)	7.360	4.884
Operações a liquidar com bolsa	7.598	436
Títulos e créditos a receber	6	-
Impostos e contribuições a compensar (b)	562	553
Outros créditos (nota 6)	252	293
Devedores diversos	37	81
Outros	429	61
Total	61.754	50.470
Ativo circulante	31.096	20.781
Ativo não circulante	30.658	29.689

- (a) Refere-se substancialmente a um depósito cível de cumprimento provisório de aproximadamente R\$ 13.853 (R\$ 13.654 em 31 de dezembro de 2019).
- (b) Refere-se a valores de impostos e contribuições antecipados em exercícios anteriores para os quais a compensação será realizada de acordo com a legislação tributária vigente.

9 Créditos tributários

Em consonância com a resolução 3.059/02 e alterações posteriores com a resolução 3.355/06, emanada pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil somente podem efetuar registro contábil dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal de imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ), base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), e aquele fruto de diferenças temporárias, desde que, para este caso sejam atendidas as seguintes condições (redação dada pela Resolução nº 3.355/06):

- I Apresentem histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência;
- II Haja expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuras para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

O Banco está em fase de conclusão do processo de transformação para implantação do novo modelo Andbank Private Bankers no Brasil. As principais áreas de transformação são Back Office e Front Office, com a criação de um portal para nossos clientes, o que, aliado a investimentos que estão sendo realizados no departamento comercial, permitirão ao Banco uma forte expansão dos recursos sob gestão nos próximos anos e, conseqüentemente, a elevação do faturamento com estimativa de obter um lucro tributável futuro para realização do crédito tributário, não obstante, ao compromisso e a capacidade do controlador em realizar aportes caso as ações não apresentem os resultados esperados.

Abaixo quadro com os créditos tributários ativados pelo Banco, líquidos do passivo fiscal diferido, e as seguintes movimentações:

	Saldo 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo 30/06/2020
Diferenças temporárias líquidas				
Provisão contingência trabalhista	358	199	-	557
Provisão devedores duvidosos	87	175	(87)	175
Processos cíveis	6.459	94	-	6.553
Processos fiscais	90	225	-	315
Bônus	1.028	1.120	(730)	1.418
Outras adições temporárias	1	327	-	328
Ajuste valor de mercado positivo (TVM)	-	61	-	61
Ajuste valor de mercado negativo (TVM)	8	-	(8)	-
Ajuste valor de mercado (NDF)	(381)	(209)	381	(209)
Total referente a diferenças temporárias	7.650	1.992	(444)	9.198
Prejuízo fiscal compensável e base negativa	21.878	-	(896)	20.982
Total	29.528	1.992	(1.340)	30.180

A previsão para realização dos créditos tributários é estimada em 5,7% em 2021, 1,9% em 2022, 4,8% em 2023, 9,8% em 2024, 15,1% em 2025, 14,0% em 2026, 14,9% em 2027, 10,9% em 2028, 9,6% em 2029 e 9,9% em 2030.

Para o cálculo do valor presente dos créditos tributários foi utilizada a taxa Selic, o valor presente é de R\$ 26.603 em 30 de junho de 2020 (R\$ 22.970 em 31 de dezembro de 2019).

Em 30 de junho de 2020, o Banco possui o montante de R\$ 30.180 ativados referente a créditos tributários (R\$ 29.528 em 31 de dezembro de 2019). O Banco não possuía créditos tributários não ativados, nas respectivas datas.

10 Outros valores e bens

	Junho 2020	Dezembro 2019
Despesas antecipadas (a)	24.412	20.118
Ativos intangíveis destinados a venda (b)	10.080	-
Bens não de uso próprio	3.101	3.101
Total	37.593	23.219
Provisão com bens não de uso próprio	(28)	(28)
Total	37.565	23.191
Ativo circulante	15.405	4.148
Ativo não circulante	22.160	19.043

(a) Referem-se, principalmente, ao sign bônus de exclusividade pagos à Capital Serviços de Agente Autônomo de Investimento Ltda. ("Capital"), no montante de R\$ 17.332 em 30 de junho de 2020 (R\$ 16.832 em 31 de dezembro de 2019), referente ao contrato de acordo operacional assinado em 03 de julho de 2019.

(b) Referem-se a gastos no desenvolvimento de sistemas e soluções do Grupo Andbank a serem repassados à matriz (Andorra Banc Agricol Reig S.A.).

11 Permanente

a. Imobilizado de uso

	Taxa de depreciação	Junho 2020			Dezembro 2019
		Imobilizado	Dep. acumulada	Total	Total
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	4.735	(1.868)	2.867	2.830
Equipamentos de informática/comunicação	10%	3.920	(3.070)	850	1.233
Veículos	10%	140	(135)	5	19
Equipamentos de segurança	20%	102	(57)	45	55
Total		8.897	(5.130)	3.767	4.137

b. Ativos intangíveis

	Taxa de amortização	Junho 2020			Dezembro 2019
		Intangível	Amortização acumulada	Total	Total
Ativos intangíveis	(a)	43.088	(6.245)	36.843	53.011
Ágio na combinação de negócios	(b)	41.832	(3.015)	38.817	26.015
Ágio na aquisição de investimentos (c)	20%	673	(550)	123	190
Total		85.593	(9.810)	75.783	79.216

- (a) Em 2020, R\$ 17.947 refere-se ao valor da combinação de negócios com o grupo Triar, atribuído ao ativo intangível de acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*), segregados em: R\$ 13.649 alocados à relacionamentos com clientes e R\$ 4.298 alocados à condições de não competição. Em 2019, este valor era de R\$ 33.060, baseado em um estudo preliminar. A taxa de amortização é de 5,0% para relacionamento com clientes e de 29,3% para condições de não competição.
- (b) Refere-se ao ágio pago na combinação de negócio com o grupo Triar, conforme estudo de alocação do preço (“PPA” – *Purchase Price Allocation*). A taxa média de amortização 8,23%
- (c) Em 06 de junho de 2016, o Banco adquiriu 100% do controle acionário da Andbank Financeira Ltda. que detém 99,99% do controle acionário da Andbank DTVM Ltda. Por ocasião desta aquisição e com base na apuração do preço de compra x valor contábil e no estudo de alocação de preço de compra (“PPA”), foi apurado ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em 23 de março de 2018, o Banco assinou um acordo operacional com a Triar Agentes Autônomos (“Triar”), o qual teve vigência a partir do dia 1º de abril de 2018 o que possibilitou ao Banco aumentar significativamente os recursos sob sua distribuição. A Triar também desenvolve atividades de gestão de patrimônios e distribuição de ativos financeiros para clientes de alta renda. Em 31 de outubro de 2019, foi apurado o valor total do acordo, no montante de R\$ 59.779, dos quais R\$ 28.329 foram pagos e o residual, R\$ 31.450 será pago em 04 parcelas anuais. De acordo com o estudo definitivo de alocação do preço (*PPA – Purchase Price Allocation*), o valor atribuído ao negócio representa R\$ 17.947, segregados em: R\$ 13.649 a relacionamentos com clientes e R\$ 4.298 alocados a condições de não competição. O valor excedente de R\$ 41.832 foi registrado como ágio na combinação de negócios (vide a e b acima).

12 Depósitos

a. Composição por vencimento

Vencimentos	Junho 2020			Total	Dezembro
	À vista	A prazo			2019
		não ligadas	ligadas		Total
Sem vencimento	43.218	-	-	43.218	24.723
Até 30 dias	-	-	1	1	-
De 61 a 90 dias	-	34	-	34	-
De 91 a 180 dias	-	29	-	29	154
De 181 a 360 dias	-	252	10	262	81
Acima de 360 dias	-	11.289	505	11.794	4.885
Total	43.218	11.604	516	55.338	29.843
Passivo circulante				43.544	24.958
Passivo não circulante				11.794	4.885

b. Composição por segmento de mercado

Composição	Junho 2020			Dezembro
	À vista	A prazo	Total	2019
Entidades ligadas	1.593	516	2.109	3.896
Governo	585	-	585	587
Pessoas físicas	37.163	8.408	45.571	19.978
Pessoas jurídicas	3.877	3.196	7.073	5.382
Total	43.218	12.120	55.338	29.843

c. Concentração por depositantes

Composição	Junho 2020			Dezembro
	À vista	A prazo	Total	2019
10 maiores	10.089	7.687	17.776	15.916
50 seguintes	17.844	4.433	22.277	9.369
Demais	15.285	-	15.285	4.558
Total	43.218	12.120	55.338	29.843

13 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	Junho	Dezembro
	2020	2019
IOF a recolher	3	1.025
Impostos e contribuições a recolher	3.633	2.214
Provisão para imposto e contribuições diferidos	-	30
Total	3.636	3.269
Passivo circulante	3.636	3.269

b. Diversas

	Junho 2020	Dezembro 2019
Provisão para riscos (nota 14)	16.500	15.349
Despesas de pessoal	5.665	3.837
Fornecedores	801	1.468
Valores a pagar à partes relacionadas (nota 15)	78	70
Credores diversos (a)	32.272	33.773
Outros	4	-
Total	55.320	54.497
Passivo circulante	28.465	26.954
Passivo não circulante	26.855	27.543

(a) R\$ 32.257 (R\$ 31.450 em 31 de dezembro de 2019) referem-se as parcelas anuais a pagar ao Grupo Triar referente ao acordo operacional (vide nota 11.b)

c. Negociação e intermediação de valores

	Junho 2020	Dezembro 2019
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	66	1.590
Comissões e corretagens a pagar	2.097	2.772
Outros	7.598	-
Total	9.761	4.362
Passivo circulante	9.761	4.362

14 Provisões e passivos contingentes

Movimentação dos processos

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, às quais vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições, bem como vem respondendo a diversos processos na esfera fiscal, trabalhista e cível como segue:

	Fiscais (i)	Cíveis (ii)	Trabalhistas (iii)	Total
Saldo inicial 01/01/2020	201	14.352	796	15.349
Movimentação do semestre refletida no resultado	498	210	443	1.151
Atualização / encargos	8	210	42	260
Constituição	490	-	401	891
Saldo Final 30/06/2020	699	14.562	1.239	16.500
Depósito em garantia de recursos em 30/06/2020 (nota 8 b.)				15.330

- (i) Refere-se a uma obrigação legal decorrente do questionamento da base de cálculo de INSS, no montante de R\$ 53 (R\$ 52 em 31 de dezembro de 2019), e de base de ISS no montante de R\$ 646 (R\$ 148 em 31 de dezembro de 2019). Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.
- (ii) Refere-se principalmente a ação cível movida contra o Banco, que objetiva discutir uma operação de crédito. Os assessores jurídicos do Banco classificam a expectativa de perda como provável (vide nota 8 b.).

- (iii) Refere-se a ações trabalhistas movidas contra o Banco, que objetivam discutir paridade aos direitos de bancários. Os assessores jurídicos do Banco classificaram a expectativa de perda como provável.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e na experiência anterior referente aos valores reivindicados constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas, considerando remotas as possibilidades de que eventuais pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.

Processos relacionados a Correspondente Bancário: no contrato de Correspondente Bancário está prevista a responsabilidade por ações trabalhistas movidas por funcionários da empresa correspondente em face do Banco, assim como eventuais ações decorrentes da prestação de serviço executada pelo Correspondente. Desta forma, se o Banco for demandado judicialmente em ação que seja de responsabilidade do Correspondente e no caso desta ser uma empresa ativa, isto é, com capacidade financeira de pagamento e comprovada disposição histórica para suportá-los, o risco financeiro da contingência para o Banco é remoto. Cumpre ressaltar que a situação do Correspondente será monitorada e em caso de alteração substancial em sua situação econômico-financeira ou disposição voluntária para pagamento, o provisionamento será reavaliado.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

O Banco e sua controlada possuem outras contingências avaliadas individualmente por nossos assessores jurídicos como perda possível, conforme quadro:

	Junho 2020	Dezembro 2019
Cíveis (a)	31.673	5.277
Trabalhistas	926	1.288
Fiscais (b)	7.011	6.981
Total	39.610	13.546

- (a) Refere-se principalmente a ação indenizatória civil no valor de R\$ 25.903, distribuída no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro em 2017, no qual o antecessor do Banco (Banco Lemon) aparece indiretamente no polo passivo do processo. O Banco somente figura nessa pois a autora incluiu no polo passivo, todos os que de alguma forma figuraram na relação entre autora e ré.
- (b) Trata-se principalmente de ação de execução proposta pelo Município de São Paulo, referente a auto de infração sobre a cobrança de ISS. Os referidos autos de infração encontram-se em discussão em ação anulatória fiscal, com decisão que deferiu antecipação de tutela para suspensão da cobrança, aguardando julgamento.

15 Partes relacionadas

O Banco possui como controladora direta a Andorra Banc Agricol Reig S.A. (Em 2018, Andbank Brasil Holding Ltda, empresa incorporada pelo Banco (vide nota 1). Adicionalmente os acionistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas do Banco por possuírem controle em conjunto, sendo elas:

- Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.
- Andbank Participações Ltda. (incorporada pela Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda. e pela Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda., em 30 de abril de 2019)
- Andbank Wealth Participações Ltda. (incorporada pela Andbank Participações Ltda., em 30 de abril de 2019)

- APW Consultores Financeiros Ltda.

São consideradas pessoas chaves do Banco sua diretoria executiva, no semestre de 2020 essa remuneração foi de R\$ 829 (R\$ 1.554 em 2019).

As demais entidades que não possuem controle em conjunto e que pertencem ao grupo econômico são: Andbank Bahamas, AndPrivate Wealth S.A. (Suíça), Andbank Advisory LLC (Miami) e Andbank Luxemburgo.

O Banco manteve no exercício saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, conforme apresentado no quadro a seguir:

	1º. Semestre 2020		1º. Semestre 2019	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber	12	95	13	86
Valores a pagar	-	-	(2)	(2)
Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber	38	242	71	309
Deposito a vista	(354)	-	(7)	-
Valores a pagar	(78)	(314)	(50)	(254)
Andorra Banc Agricola Reig S.A.				
Deposito em moeda estrangeira	8.991	623	1.409	22
Instrumento Financeiro Derivativo	4.129	(4.440)	-	25.556
Valores a receber	6.484	2.569	2.919	832
Andbank DTVM Ltda.				
Valores a receber	2	5	-	5
Valores a pagar	(1)	(57)	(26)	(124)
Andbank Bahamas				
Valores a receber	-	-	-	1
AndPrivate Wealth S.A.				
Valores a receber	-	-	138	91
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber	126	184	162	124
Andbank Advisory LLC				
Valores a receber	698	538	385	385
APW Consultores Financeiros				
Depósito à vista	(579)	-	(1.129)	-
Andbank Yield FIM Credito Privado LP				
Depósito à prazo	(500)	-	-	-
Pessoas físicas				
Depósito à vista	(483)	-	(644)	-
Depósito à prazo	(114)	-	-	-
Total Instrumento Financeiro Derivativo	4.129	(4.440)	-	25.556
Total Deposito em moeda estrangeira	8.991	623	1.409	22
Total a receber - Outros Créditos Diversos	7.360	3.633	3.688	1.833
Total a pagar - Outras Obrigações Diversas	(78)	(371)	(78)	(380)
Total Depósito à Vista	(1.416)	-	(1.780)	-
Total Depósito à Prazo	(614)	-	-	-

Em 30 de junho de 2020, o Banco possui R\$ 140 (zero em 2019) em empréstimo concedido à Diretor da instituição. Este empréstimo segue as diretrizes da Resolução 4.693/18 do Conselho Monetário Nacional.

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital subscrito e integralizado em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estava composto por 375.313.370 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 15 de fevereiro de 2019, foi deliberado o aumento de capital do Banco Andbank através do processo de incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda., na data base de 30 de junho de 2018. Em decorrência da incorporação, o capital social foi aumentado em R\$ 571 (vide nota 1) passando para os atuais R\$ 221.716, mediante a criação de 1.150.680 (um milhão, cento e cinquenta mil e seiscentos e oitenta) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Andorra Banc Agricol Reig S.A., o qual passou a ser o único acionista do Banco. O processo de incorporação foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de maio de 2019.

Conforme previsto no estatuto social, o dividendo não será obrigatório no exercício social em que a administração julgar incompatível com a situação financeira do Banco, podendo o Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária, que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou nenhum dividendo.

b. Reservas de capital

A reserva de capital, nos termos da Lei nº 11.638/07, somente poderá ser utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

Em decorrência da incorporação da sua controladora direta Andbank (Brasil) Holding Financeira Ltda. (vide nota 1 e 16.a.), foi constituída reserva de reavaliação no valor de R\$ 3.411, representado pelo ativos intangível identificáveis na incorporação. Essa reserva é amortizada contra lucros e prejuízos acumulados simultaneamente a amortização do ativo que a originou.

c. Reserva de lucros

O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no semestre em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social. Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Banco pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

17 Receitas de prestação de serviços

	Junho 2020	Junho 2019
Rendas de intermediação (a)	16.218	5.807
Remuneração operação estruturada (b)	2.459	2.893
Rendas de serviços de custódia	372	406
Rendas de corretagem de câmbio	475	452
Rendas de garantias prestadas	42	41
Total	19.566	9.599

- (a) Refere-se principalmente a rebate na comissão sobre taxa de administração e performance de fundos distribuídos por conta e ordem.
(b) Refere-se basicamente a prestação de serviços em registro e estruturação de operações de crédito.

18 Despesas de pessoal

	Junho 2020	Junho 2019
Proventos	(8.949)	(5.184)
Encargos Sociais	(2.966)	(1.675)
Benefícios	(1.567)	(1.230)
Pro labore	(829)	(504)
Remuneração de estagiários	(172)	(139)
Treinamento	(35)	(34)
Total	(14.518)	(8.766)

19 Outras despesas administrativas

	Junho 2020	Junho 2019
Serviços do sistema financeiro (a)	(12.407)	(4.767)
Serviços técnicos especializados (b)	(762)	(1.259)
Processamento de dados (c)	(7.572)	(3.077)
Aluguéis	(1.185)	(811)
Serviços de terceiros	(175)	(457)
Comunicações	(343)	(451)
Publicação	(73)	(69)
Viagens	(66)	(326)
Transporte	(46)	(56)
Outras	(1.415)	(905)
Total	(24.044)	(12.178)

- (a) Composto substancialmente por repasse de valores relacionados de gestão e administração das carteiras, comissão dos agentes autônomos e despesas bancárias.
(b) Refere-se basicamente a serviços prestados por assessoria jurídica.
(c) Representam gastos com consultorias de sistemas e processos.

20 Outras receitas operacionais

	Junho 2020	Junho 2019
Prestação de serviços exportação (a)	1.535	1.497
Reversão de provisões operacionais	115	463
Variações monetárias ativas	255	392
Interbancária	5	-
Recuperação de despesas (b)	5.920	-
Outras receitas operacionais	-	127
Total	7.830	2.479

- (a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria.
(b) Representa ressarcimento de custos incorridos no desenvolvimento e implantação de processos e softwares gerado internamente.

21 Outras despesas operacionais

	Junho 2020	Junho 2019
Amortizações e depreciações	(5.828)	(1.431)
Atualização de provisão fiscal, cível e trabalhista (nota 14)	(653)	(712)
Interbancária	(6)	(2)
Variação monetária passiva	(499)	(19)
Baixa de depósitos judiciais	-	(71)
Outras	(735)	(326)
Total	(7.721)	(2.561)

22 Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Junho 2020	Junho 2019	Junho 2020	Junho 2019
Resultado antes da tributação	476	(2.443)	476	(2.443)
<u>Efeitos das adições/exclusões</u>				
Adições permanentes	2.993	9.823	2.993	9.823
Adições temporárias	8.491	2.571	8.491	2.571
Exclusões temporárias	(5.308)	(1.376)	(5.308)	(1.376)
Exclusões definitivas	(14)	(8.881)	(14)	(8.881)
Base de cálculo antes das compensações de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	6.638	(212)	6.638	(212)
(-) Compensação de prejuízos fiscais e base negativa	(1.991)	-	(1.991)	-
Imposto diferido	339	144	271	86
Base de cálculo	4.647	(212)	4.647	(212)

	Imposto de renda		Contribuição social	
	Junho 2020	Junho 2019	Junho 2020	Junho 2019
Alíquotas efetivas:				
- Imposto de renda corrente - (15% + 10% adicional)	(1.150)	-	-	-
- Contribuição social corrente - (20%)	-	-	(929)	-
Resultado do imposto de renda e contribuição social	(1.150)	-	(929)	-

23 Participações em Controladas

Empresa	Capital Social	Resultado exercício	Patrimônio Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social	Valor do Investimento		Resultado equivalência	
						Junho 2020	Dezembro 2019	Junho 2020	Junho 2019
Andbank DTVM	1.095	(38)	556	114.343.674	99,98%	556	594	(38)	(260)

Em 15 de fevereiro de 2019, a Andbank DTVM incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

Saldos de Balanço

Andbank Financeira	2019	2018
Disponibilidade	370	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	156
Outros Créditos	196	-
Outros Valores e Bens	27	-
Permanente	65	716
Total do Ativo	658	872
Outras Obrigações	47	2
Patrimônio Líquido	611	870
Total do Passivo	658	872

Demonstrações dos Resultados

Andbank Financeira	2019	2018
Resultado bruto da intermediação financeira	-	450
Outras receitas/despesas operacionais	(260)	326
Resultado operacional	(260)	776
Imposto de renda e contribuição social	-	(242)
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre	(260)	534

24 Outras informações

- a. O Banco e sua controlada encontram-se enquadrado nos Limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio Líquido requeridos pela Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (BACEN)/ que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia III) através das Resoluções nº 4.192, 4.193 e 4.194, ambas de 1 de março de 2013, e circulares publicadas em 31 de outubro de 2013, que instituíram nova forma de apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

Em 08 de Janeiro de 2015 o Andbank adquiriu 100% das ações do Banco. Com isso a Andbank DTVM Ltda. e o Banco passaram a fazer parte de um conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Sendo assim, a partir de fevereiro de 2015 para atender a resolução 4.278/13, o Banco passa a informar as posições consolidadas.

Em 30 de junho de 2020, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 29,5% (36,7% em 31 de dezembro de 2019).

	Junho 2020	Dezembro 2019
Capital Principal antes das deduções	224.546	224.669
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(142.024)	(135.925)
Patrimônio de Referência (PR)	82.522	88.744
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(60.137)	(69.410)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	22.385	19.334

- b. O Banco presta serviços a clientes de registro de operações em órgãos custodiantes, registrados em contas de compensação, no montante de R\$ 199.418 em 30 de junho de 2020 (R\$ 106.707 em 31 de dezembro de 2019).
- c. A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) publicada em 22 de maio de 2015, foi convertida na Lei 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019. Em 13 de novembro de 2019 foi publicada a Emenda Constitucional 103, que majora novamente a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 20%, a partir de março de 2020, aplicável apenas para Bancos.
- d. Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que as empresas contratadas para revisão das demonstrações financeiras e auditoria para os semestres findo em 30 de junho de 2020 e de 2019 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não prestaram outros serviços ao Banco que não o de auditoria independente.

25 Estrutura de gerenciamento Contínuo e Integrado de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Andbank Brasil considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- **Gerenciamento do risco operacional**

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas do Banco aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central através da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional o Banco optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos onde houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

• **Gerenciamento do risco de mercado**

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Banco. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial;
- Taxas de juros;
- Preços de ações;
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

• **Gerenciamento do risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos pra conhecimento da Diretoria do Banco.

- **Gerenciamento do risco de liquidez**

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade através de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos –COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Gestão de Capital**

O processo de gerenciamento de Capital do Banco leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos – COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- **Divulgação das informações relativas a gestão de riscos**

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional;
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3;
- d) Formulário de referência; e
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

26 Benefícios Pós Emprego

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.

27 Eventos subsequentes

A Administração avaliou os impactos ocasionados referente a situação atual da pandemia do COVID 19 e respectiva volatilidade apresentada no mercado financeiro. E julga que com a situação atual da pandemia e à luz das informações disponíveis até este momento, não há indicativos que teremos impactos relevantes que possam trazer efeitos representativos às projeções de caixa e tomadas de decisão.

Em 31 de agosto de 2020, o Banco transferiu recursos disponíveis no exterior no montante de US\$ 1.680, aproveitando-se da desvalorização atual do real.

Em 18/09/2020 ocorreu a citação do Banco Andbank em ação de reintegração de posse, na qual a Autora alega a suposta não devolução dos bens retirados de imóvel em razão da ação de imissão na posse nº 5237315.80.2019.8.09.0137, por parte da depositária judicial contratada pelo Andbank. Diante disso, em resumo, Autora requer liminar para a reintegração de posse dos bens móveis, indisponibilidade do imóvel, intimação do Andbank para indicação da localização dos bens e indenização por perdas e danos no valor de R\$ 20.000. O Banco Andbank apresentará defesa, alegando, entre outros pontos, sua ilegitimidade passiva do Andbank ante o desconhecimento dos fatos apresentados na inicial que são de responsabilidade exclusiva do depositário dos bens e denúncia da lide para que o depositário passe a integrar o polo passivo da demanda.

* * *